

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIÃO.**

Processo nº 08007.003298/2020-11

Ref. Pregão Eletrônico Nº. 08/2021

**RIBEIRO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **26.461.976/0001-
55**, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **ADRIANO RIBEIRO DA SILVA**,
brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 288.485, vem respeitosamente à presença de
Vossa Senhoria, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao ato convocatório em epígrafe,
pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

I - DA TEMPESTIVIDADE:

Tendo em vista o disposto no item 24, subitem 24.1, decairá do
direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital o
interessado que não se manifestar até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data da sessão do
Pregão. De tal forma, verificando a data para a realização do certame, dia 02/06/2021,
constata-se a tempestividade do presente ato impugnatório protocolado até 27/05/2021.

II – DOS FATOS – ANÁLISE DO EDITAL:

O **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, lançou à praça o edital em referência, na modalidade Pregão Eletrônico, com data de realização prevista para o dia 02/06/2021, às 09h00, sendo o objeto licitado *“fornecer, aplicar e analisar teste rápido COVID 19 de sorologia, para detecção de anticorpos IGM e IGG, pela metodologia de imunocromatografia, a ser aplicado nos servidores e colaboradores do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), lotados em Brasília, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.”*

Ao realizar a análise do instrumento convocatório do certame, verificou a presença das seguintes exigências:

Item. 10.8 Habilitação Jurídica:

“10.8.7.2. Comprovação de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE).”

Item. 10.11. Qualificação Técnica:

“10.11.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;”

5. Requisitos da Contratação:

“5.1.10. A CONTRATADA deverá manter, ainda, unidade de coleta em locais de fácil acesso, DEVENDO manter unidade de atendimento em pelo menos uma das seguintes regiões

administrativas (RA): Plano Piloto/Brasília (RA I), Lago Sul (RA XVI), Cruzeiro (RA XI), Guarã (RA X) ou Sudoeste/Octogonal (RA XXII), consoante divisão do Governo do Distrito Federal.'

22. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

22.1. A execução dos serviços será iniciada em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

Ocorre que, o edital não pode se manter na forma em que se encontra, visto que é equivocada a exigência desta documentação para a licitação, pois ela restringe a participação de outras empresas na disputa, vejamos:

III – RAZÕES PARA ALTERAÇÃO DO EDITAL:

III.I – COMPROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA – AFE.

Por primeiro, observa-se que o edital exige apresentação de **Comprovação de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)**.

Referido documento não se aplica às atividades desenvolvidas pelas empresas que prestam serviço de acordo com o objeto licitado, devendo ser retirado do edital tal documento.

A AFE, de acordo com a ANVISA, somente deve ser exigida a farmácias, drogarias, empresas de medicamentos e insumos farmacêuticos e empresas que trabalham com produtos para saúde, cosméticos ou saneantes”.
(<http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/farmacias-e-drogarias/autorizacao-de-funcionamento/certificado-de-afe>).

E mais, o artigo 3º e § único, da Resolução da Diretoria Colegiada RDC 16/2014 mostra para quais atividades é cabível a exigência da AFE:

“Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais”.

Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza a atividades descritas no caput com produtos para saúde.”

Ora, está mais do que claro que para empresas prestadoras de serviços de locação de equipamentos de diagnóstico de imagem não há exigência de inscrição na ANVISA para obtenção da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE). Referido documento não se aplica a essa atividade.

De igual sorte, o artigo 5º de referida resolução dispensa as atividades que não precisam do AFE para seu funcionamento:

“Art. 5º Não é exigida AFE dos seguintes estabelecimentos ou empresas:

I - que exercem o comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo;

II - filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE;

III – que realizam o comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes;

IV - que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação, de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, que são destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes; e

V – que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde. “

Sem mais delongas, a alteração no edital para que seja excluída a exigência de apresentação de AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE), é medida que se impõe, sob pena de não terem empresas participantes no certame, uma vez que empresas prestadoras de serviços de locação não possuem referido documento. Caso seja mantida a exigência, essa constitui restrição à participação, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

Sendo assim, requer a alteração no edital para exclusão de pedido de apresentação de AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE).

III.II – DO PRAZO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE NAS COMARCAS APRESENTADAS:

No tocante ao **item 5.1.10 c/c ao item 22.1**, observa-se que a vencedora deverá se instalar em uma das comarcas transcritas, além de em **10 (dez) dias** iniciar a execução dos serviços.

Com todo respeito, o prazo de 10 (dez) é simplesmente impossível de ser cumprido, tendo em vista a necessidade de instalação de unidade pela vencedora, explica-se.

Compreende-se ser necessário o **prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias** para que ocorra a instalação física do posto de coleta, e ainda para que se obtenha toda a **documentação necessária**.

Ao determinar o prazo em apenas 10 (dez) dias para início dos serviços, o edital está **restringindo a participação** de empresas candidatas que se interessem na prestação dos serviços, ao passo que o prazo apontado é exíguo e, por óbvio, somente empresas já instaladas no município poderão prestar os serviços, o que não pode ocorrer.

Vale assinalar que para estabelecer-se um ponto de coleta em qualquer Município, este deverá estar regulamentado e seguir as requisições das **resoluções RDC n° 302 e RDC ° 50**, sendo que para tanto tem-se que superar as etapas abaixo elencadas, portanto, ao se exigir o prazo de 10 (dez) dias, incorre a Administração no comprometimento do certame até sua nulidade.

Convém destacar breve explanação sobre o rito a ser seguido por empresas que ainda não possuam instalações regulamentadas no município, para que se regularize ou que se protocole pedidos de expedição de Alvará Sanitário e Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, ETC:

1º. Passo: Procura, aquisição ou locação do EQUIPAMENTOS ALE EXIGIDOS; celebração dos instrumentos contratuais necessários.

2º. Passo: Alteração do Contrato Social da empresa, criando filial no município. Providenciar o CNPJ junto à Receita Federal, Registro da Alteração Contratual perante a Junta Comercial do Estado SP.

3º. Passo: Após obtida a inscrição no CNPJ-MF, será possível requerer a inscrição da Filial no Cadastro de Contribuintes do Município, para emissão do Alvará de Funcionamento (Fiscal).

5º. Passo: Elaboração de plantas e projeto técnico, para requerimento de obtenção do Laudo Técnico de Avaliação (LTA).

6º. Passo: Requerimento de realização de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

7º. Passo: Requerimento de expedição de Certificado de Licença OU DISPENÇA de Instalação da CETESB, ou o CLI (CADASTRO LICEÇA INTEGRADO).

8º. Passo: Em aprovado o Laudo Técnico de Avaliação.

9º. Passo: Após a expedição do Alvará de Funcionamento pela Vigilância Sanitária é que é possível protocolar o pedido de cadastramento para a obtenção do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES).

Eis, portanto, que o prazo eleito é inviável totalmente para tudo que se necessita fazer, a fim da constituição do posto de coleta, tal como abarcado no edital.

Ora, com o devido acato, mas tal exigência beneficiaria apenas licitantes estabelecidos no município, o que pode se direcionar e restringir a competitividade.

O que deve prevalecer é a **ampla concorrência**, lógica de toda exigência no instrumento convocatório que almeja a participação do maior número de

licitantes aptos possível, porém, ao não conceder prazo para instalação do posto de coleta, automaticamente resta excluída a possibilidade da prestação de serviços de qualquer empresa não estabelecida no Município.

Simplesmente, não acolher os termos da presente impugnação, é confirmar que o edital foi publicado em benefício tão somente das empresas que possuem sede no Município, querendo ou não, direcionado apenas a estes.

Nesse sentido, impõe-se o acolhimento da presente insurgência através do presente instrumento de impugnação, a fim de se alterar o edital em voga, por todos os motivos aqui ventilados.

III.III – DO PRAZO EXIGIDO EM ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

O item “10.11.3. indica que *“Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;”*

No entanto, a legislação aplicável ao caso não dispõe sobre prazos no atestado de capacidade técnica, tal como entabulado no item 10.11.3.

De plano, ao examinarmos a nossa **Constituição Federal**, legislação suprema, nota-se o descumprimento da Administração Pública para com o Art. 37, pois a exigência supramencionada não encontra qualquer amparo legal para ser exigida como condição de participação das empresas, senão vejamos:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Não sendo tudo, **a Lei 8.666/93**, em seu Art. 40, reza que:

“Art. 40., VI – condições para participação da licitação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação da proposta.”(g.n.)

O **artigo 30 da lei de licitações** aponta, ainda, o limite em que deve ser enquadrada a qualificação técnica a ser apresentada pelas empresas candidatas, **não havendo qualquer exigência de prazo:**

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e

prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Nesse sentido, denota-se que não há necessidade alguma do atestado de capacidade técnica ser apresentado por contrato já concluído ou com pelo menos um ano de prestação de serviços.

Desta forma, o edital se encontra em desconformidade com os princípios da Isonomia, presente no art. 5º, "caput", da **Constituição Federal**, assim como contraria o **princípio da Competitividade nas licitações públicas**, que significa que a Administração deve permitir a **ampla concorrência**, vedado qualquer ato em sentido contrário, que possa comprometer o caráter competitivo do certame, restringindo a participação para poucas empresas, o que geraria prejuízo, pois a mesma visa a oferta mais vantajosa para si nas licitações públicas.

Portanto, a exclusão de prazo em atestado de capacidade técnica é medida que se impõe.

IV – DOS PEDIDOS:

Ante todo o exposto, requer:

a) Seja acolhida a presente Impugnação e, em seu mérito, julgada **PROCEDENTE**, a fim de que seja **excluída** a exigência de apresentação de **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE)**, pelos termos assinalados.

b) seja alterado o edital para que seja **adotado prazo de 45 (quarenta e cinco dias) para instalação do posto de coleta e início da prestação de serviços.**

c) seja excluído a exigência de qualquer prazo no atestado de capacidade técnica a ser apresentado pelas empresas, eis que não há previsão legal neste sentido.

d) Acolhida a impugnação, seja determinada a **SUSPENSÃO** do processo, com republicação do edital, designando-se nova data para realização do certame.

Termos em que,
Pede e Espera deferimento.

São Paulo, 27 de maio de 2021.

ADRIANO RIBEIRO DA SILVA
OAB/SP 288.485